

## A visão dos princípios bioéticos a respeito da imunização

The vision of bioethical principles regarding immunization

La visión de los principios bioéticos en torno a la inmunización

Recebido: 10/08/2022 | Revisado: 18/08/2022 | Aceito: 19/08/2022 | Publicado: 28/08/2022

### **Alessandre Gomes de Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2030-1586>  
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Portugal  
Conselho Federal de Medicina, Brasil  
E-mail: [alessandregomes@hotmail.com](mailto:alessandregomes@hotmail.com)

### **Ruth Silva Lima da Costa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1890-086X>  
Centro Universitário Uninorte, Brasil  
E-mail: [rutylyma@gmail.com](mailto:rutylyma@gmail.com)

### **João José Albuquerque de Sousa Júnior**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5249-5090>  
Universidade Federal do Acre, Brasil  
E-mail: [joaojrpersonal@hotmail.com](mailto:joaojrpersonal@hotmail.com)

### **Cristiane Sores Ferreira Bortolini**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0747-5805>  
Universidade Federal do Acre, Brasil  
E-mail: [cristianesbortolini@gmail.com](mailto:cristianesbortolini@gmail.com)

### **Laércio Medeiros Silva Júnior**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1460-8637>  
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Portugal  
Conselho Federal de Medicina, Brasil  
E-mail: [laerciomedsilvaj@hotmail.com](mailto:laerciomedsilvaj@hotmail.com)

### **Leuda Maria da Silva Davalos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4949-8765>  
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Portugal  
Conselho Federal de Medicina, Brasil  
E-mail: [leudadav@hotmail.com](mailto:leudadav@hotmail.com)

### **Oswaldo de Sousa Leal Júnior**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8247-890X>  
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Portugal  
Conselho Federal de Medicina, Brasil  
E-mail: [osvaldo.junior@ufac.br](mailto:osvaldo.junior@ufac.br)

### **Cirley Maria de Oliveira Lobato.**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5336-077X>  
Universidade Federal do Acre, Brasil  
E-mail: [cirleylobato@gmail.com](mailto:cirleylobato@gmail.com)

### **Dilza Terezinha Ambros Ribeiro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8180-4008>  
Universidade Federal do Acre, Brasil  
E-mail: [dilzaambros@hotmail.com](mailto:dilzaambros@hotmail.com)

### **Rui Nunes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1377-9899>  
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Portugal  
E-mail: [ruinunes@med.up.pt](mailto:ruinunes@med.up.pt)

### **Resumo**

Os avanços da ciência trouxeram muitas contribuições para o desenvolvimento humano. As vacinas são um dos melhores exemplos disso, funcionando como uma ferramenta capaz de prevenir doenças infecciosas. *Objetivo:* analisar os princípios da bioética frente a oferta de vacinação para a população. *Método:* Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio de levantamento de estudos publicados em bases de dados da Biblioteca Eletrônica de Ciências Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), no período de 2016 a 2022. *Resultados.* Os diferentes autores discorreram sobre a relação da oferta da vacinação em massa e a bioética, evidenciando-se que essa prática pode levar a não observância de princípios bioéticos, uma vez que o bem comum que é o fato da oferta de imunização para todos, pode ser entendido como respeito ao princípio da justiça, mais que pode interferir diretamente no princípio da autonomia do indivíduo uma vez que a vacinação compulsória é defendida amparada no princípio de que no âmbito da saúde coletiva a proteção da população deve prevalecer sobre a autonomia do indivíduo. No entanto, para isso a vacina precisa ter sua eficácia

comprovada, afim de respeitar o princípio da beneficência e não maleficência no ato da sua aplicação. *Conclusão:* Uma das formas de se garantir o respeito aos princípios bioéticos frente a vacinação, é optar pelo caminho da educação em saúde da população para que ela possa entender a importância e fazer suas próprias escolhas, respeitando assim o princípio bioético da autonomia.

**Palavras-chave:** Bioética; Autonomia; Justiça; Vacinação.

### Abstract

Advances in science have made many contributions to human development. Vaccines are one of the best examples of this, working as a tool capable of preventing infectious diseases. *Objective:* to analyze the principles of bioethics regarding the offer of vaccination to the population. *Method:* This is an integrative literature review, carried out through a survey of studies published in databases of the Electronic Science Library Online (SciELO), Virtual Health Library (BVS), Brazilian Journal of Nursing (REBEn), in the period from 2016 to 2022. *Results.* The different authors discussed the relationship between the offer of mass vaccination and bioethics, showing that this practice can lead to non-observance of bioethical principles, since the common good that is the fact of offering immunization to all, can be understood as respect for the principle of justice, more than it can directly interfere with the principle of individual autonomy, since compulsory vaccination is defended based on the principle that, in the scope of collective health, the protection of the population must prevail over the autonomy of the individual. However, for this, the vaccine needs to have its effectiveness proven, in order to respect the principle of beneficence and non-maleficence in the act of its application. *Conclusion:* One of the ways to ensure respect for bioethical principles regarding vaccination is to choose the path of health education for the population so that they can understand the importance and make their own choices, thus respecting the bioethical principle of autonomy.

**Keywords:** Bioethics; Autonomy; Justice; Vaccination.

### Resumen

Los avances en la ciencia han hecho muchas contribuciones al desarrollo humano. Las vacunas son uno de los mejores ejemplos de ello, funcionando como una herramienta capaz de prevenir enfermedades infecciosas. *Objetivo:* analizar los principios de la bioética en cuanto a la oferta de vacunación a la población. *Método:* Se trata de una revisión integrativa de la literatura, realizada a través de un levantamiento de estudios publicados en bases de datos de la Biblioteca Electrónica de Ciencias en Línea (SciELO), Biblioteca Virtual en Salud (BVS), Revista Brasileña de Enfermería (REBEn), en el período de 2016 a 2022. *Resultados.* Los diferentes autores discutieron la relación entre la oferta de vacunación masiva y la bioética, mostrando que esta práctica puede conducir a la inobservancia de los principios bioéticos, ya que el bien común que es el hecho de ofrecer la inmunización a todos, puede entenderse como el respeto a la principio de justicia, más que puede interferir directamente con el principio de autonomía individual, ya que la vacunación obligatoria se defiende con base en el principio de que, en el ámbito de la salud colectiva, la protección de la población debe prevalecer sobre la autonomía del individuo. Sin embargo, para ello, la vacuna necesita tener probada su eficacia, a fin de respetar el principio de beneficencia y no maleficencia en el acto de su aplicación. *Conclusión:* Una de las formas de garantizar el respeto de los principios bioéticos en relación con la vacunación es elegir el camino de la educación en salud de la población para que pueda comprender la importancia y tomar sus propias decisiones, respetando así el principio bioético de autonomía.

**Palabras clave:** Bioética; Autonomía; Justicia; Vacunación.

## 1. Introdução

A bioética, denominada como a "ética da vida", pode ser amplamente compreendida como um conjunto de vários fatores que valorizam e legitimam eticamente as ações humanas e que podem impactar os acontecimentos da vida" (Goldim, 2006).

Esta área de estudo interdisciplinar está evoluindo como uma ética aplicada, se propondo a resolver conflitos e dilemas morais existentes nas relações e interações entre instituições, equipes, ambientes e indivíduos, configurando-se como um forte elo entre a filosofia e as ciências biológicas, responsável por estudar os efeitos do desenvolvimento tecnológico sobre o meio ambiente, as pessoas e a saúde pública, elencando reflexões sobre determinado comportamento moral (Nunes & Nunes, 2004; Schramm, 2017).

As vacinas são tecnologias da área da saúde, fabricadas a partir de substâncias que, quando usadas inseridas no corpo humano, estimulam o sistema imunológico, por meio da produção de anticorpos, afim de protegê-lo contra várias doenças. (Cohen, 2020). A vacinação é considerada um dos grandes avanços mundiais na área da saúde, proporcionando a imunização

contra patologias infectocontagiosas, as quais caracterizam problemas para a saúde pública, devido à alta disseminação e aumento da morbimortalidade (Taschner, 2015).

Nesse sentido, as vacinas são instrumentos de política de saúde pública, evidenciando-se uma importante estratégia no mundo, para a promoção e prevenção de doenças, objetivando romper os elos da cadeia de transmissão das mesmas por meio da administração de imunobiológicos. No Brasil, as estratégias de vacinação têm alcançado altos índices de eficiência e servido de parâmetro para iniciativas semelhantes em outros países (Souza, et al., 2015).

Assim sendo, são inquestionáveis os benefícios das vacinas para a saúde pública, entretanto, ao abordar tais aspectos de forma bioética, pode-se propiciar reflexão sobre o entendimento da complexidade da oferta da vacinação, com o intuito de evitar a propagação de doenças, e a conflitualidade ao respeito do princípio bioético da autonomia, beneficência e não maleficência (Lessa & Schramm, 2015).

Dessa forma, o objetivo desse estudo é analisar os princípios da bioética frente a oferta de vacinação para a população.

## 2. Metodologia

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada através de um levantamento bibliográfico, utilizando-se dados de fontes secundárias. A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente ( Ercole, et al., 2014).

A questão norteadora adotada para este estudo foi “qual a relação da bioética com a oferta de vacinas para a população?”

As etapas percorridas para a operacionalização dessa revisão foram: 1. escolha da questão norteadora; 2- seleção dos estudos compuseram a amostra a partir dos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa; 3- estabelecimento das informações que serão captadas e classificação dos estudos; 4- julgamento analítico dos artigos inclusos na revisão; 5- análise crítica dos artigos incluídos e discussão dos resultados; 6- relato da revisão e síntese das informações adquiridas no percorrer das outras etapas.

A coleta de dados foi realizada no período de 01 a 30 de julho de 2022 e para a seleção dos artigos foram usadas as seguintes bases de dados:, Biblioteca Eletrônica de Ciências Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), publicados no período de utilizando os descritores/Mesh: Bioética e Vacinas e bioethics and vaccine , no período cronológico compreendido entre 2016 a 2022.

Os critérios de inclusão utilizados foram: disponível eletronicamente gratuitamente, artigos publicados na língua portuguesa e inglesa, texto completo com resumos disponíveis e publicados no período de 2016 a 2022. Os critérios de exclusão foram os seguintes: artigos que não respondiam à questão norteadora da pesquisa e que estivessem duplicados nas diferentes bases de dados.

Após a aplicação dos critérios mencionados foram encontrados um total de 61 artigos. Posteriormente à leitura na íntegra dos artigos, foram selecionados 6 estudos que respondiam à pergunta norteadora da pesquisa e foram selecionados para compor o escopo dos resultados do presente estudo., conforme demonstrado no Quadro 1.

**Quadro 1.** Seleção dos artigos incluídos no estudo.

<b>1ª Busca:</b> <b>Associação dos descritores</b>	<b>Critério 01</b>	<b>Critério 02</b>	<b>Critério 03</b>	<b>Critério 04</b>	<b>Critério 05</b>	<b>TOTAL</b>
Bioética e Vacinas e bioethics and vaccine <b>SCIELO</b> 32 artigos	Disponível gratuitamente  14 artigos	Idioma Português/Inglês  4	Ano da Publicação 2016 -2022  4	Exclusão de artigos duplicados  3	Resposta a questão Norteadora  1	1
Bioética e Vacinas e bioethics and vaccine <b>BVS</b> 18 artigos	Disponível gratuitamente  10	Idioma Português/Inglês  7	Ano da Publicação 2012 -2021 7	Exclusão de artigos duplicados  0	Resposta a questão Norteadora  4	4
Bioética e Vacinas e bioethics and vaccine <b>REBEn</b> 11 artigos	Disponível gratuitamente  8	Idioma Português/Inglês  8	Ano da Publicação 2012 -2021 8	Exclusão de artigos duplicados  0	Resposta a questão Norteadora  1	1
<b>Total Geral</b>						<b>6 Artigos</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva, procedendo-se à categorização dos dados extraídos dos estudos selecionados em grupos temáticos, a partir da identificação de variáveis de interesse e conceitos-chaves, sendo assim os resultados foram categorizados em um quadro ajustado para este propósito contendo os seguintes itens: autor, ano, periódico de publicação e título da pesquisa, com a finalidade de proporcionar uma análise comparativa, de maneira que estas viabilizassem a aquisição de respostas ao problema do estudo.

A pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) local, por se tratar de um estudo em fontes secundárias e não se enquadrar dentro da legislação do CONEP/MS, resolução 466/2012.

### 3. Resultados e Discussão

O Quadro 2 demonstra os artigos incluídos na amostra que respondiam à questão norteadora proposta para o estudo, a saber: qual a relação da bioética com a oferta de vacinas para a população??

**Quadro 2:** Resumo dos artigos incluídos na amostra que respondiam à questão norteadora.

AUTOR/ ANO	PERIÓDICO	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS
Souza de Jesus et al., 2016	Acta bioethica,	Aspectos bioéticos da vacinação em massa no Brasil	Relizar uma discussão referentes à prática da vacinação em massa sob a ótica da Bioética Principlalista considerado o papel do Estado e os aspectos culturais relacionados a essa prática.	Ocorre desvalorização dos princípios éticos relacionados a autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça, bem como uma desconsideração dos aspectos culturais dos vacinados por parte do Estado e dos profissionais de saúde.
Minski, & Longhini, 2016	Anais de Medicina	Vacinação: autonomia do paciente à não vacinação.	Refletir a respeito do princípio bioético da autonomia tanto no âmbito da vacinação compulsória pelo Estado quanto no poder de recusa vacinal pelo indivíduo e na influência resultante dessa decisão na relação entre o “bem-estar” coletivo versus individual.	Inferese que a melhor escolha, em detrimento de sanções e obrigatoriedades, é a educação em saúde a ser promovida por todos os profissionais da área, assim como a disponibilização, por parte do médico para com o paciente, de todas as informações sobre os benefícios e possíveis riscos do procedimento, para que este possa conceder seu consentimento ou optar pela recusa, respeitando assim o princípio bioético da autonomia.
Pereira, Brito & Carvalho, 2018	Anais de Medicina	A visão bioética a respeito da vacinação.	Apontar a visão bioética a respeito da vacinação no âmbito individual e coletivo.	De modo geral, os bioeticistas e profissionais de saúde entendem que no interesse da saúde coletiva, a proteção da população deve prevalecer sobre a autonomia do indivíduo.
Oliveira & Oliveira, 2020	Revista de Bioética y Derecho,	La inmunización de niños en Brasil: panorama jurídico y reflexión bioética	Analisar os aspectos jurídicos e bioéticos da vacinação obrigatória de crianças brasileiras.	a Bioética não se propõe a estabelecer as normas coercitivas, mas contribui para a solução dos conflitos morais identificados em cada caso concreto ao oferecer parâmetros. Já o direito brasileiro, busca assegurar o direito a saúde em sua dimensão coletiva, ao estabelecer a obrigatoriedade da imunização para as crianças.
dos Santos, dos Anjos Mendonça, von Atzingen & Moura, 2020.	Revista Bioética	Vacinação no Brasil: reflexão bioética sobre acessibilidade.	Identificar o significado da vacinação para profissionais e população, assim como abordar a questão do acesso à imunização fora da rede pública de saúde, enfatizando a vulnerabilidade social.	O sistema vacinal brasileiro foi entendido pelos entrevistados, como bom, de uma maneira geral, sendo as principais críticas voltadas à falta de informações e insumos. Quanto ao acesso, os dados sugerem correlação com fatores econômicos, abrindo espaço para discussões bioéticas sobre a vulnerabilidade social da maior parte da população, que não tem condições de pagar por essas imunizações.
Baena, 2020	Vacunas	Bioética de vacinas e saúde pública	Ressaltar a correlação da Bioética de vacinas e saúde pública.	A bioética vai além dos problemas éticos que surgem na prática clínica em relação à vacinação. De acordo com o princípio da Justiça, a vacina é um meio adequado para atingir um propósito, sendo que os valores e princípios da Bioética devem ser uma ferramenta útil para a saúde pública e, sendo a vacinação parte dela, na decisão de não fazê-la.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Os estudos que compuseram a amostra foram publicados nos anos de 2016 (2), 2018 (1) e 2020 (3), sendo 3 publicados no Brasil e 3 originários de outros países.

Os diferentes autores discutiram sobre a relação da bioética com vacinação, onde verificou-se que frente a oferta da vacinação em massa, evidenciou-se que essa prática possibilita a não observância dos princípios bioéticos, uma vez que o bem comum, que é o fato da oferta de vacinação para todos, pode ser entendido como respeito ao princípio da justiça, no entanto, interfere diretamente no princípio da autonomia do indivíduo (Souza de Jesus et al., 2016; Baena, 2020; Oliveira & Oliveira, 2020).

Os achados de Pereira, et al., (2018), evidenciaram que os bioeticistas e profissionais de saúde entendem que no interesse da saúde coletiva, a proteção da população deve prevalecer sobre a autonomia do indivíduo. Nesse caso, o benefício justifica-se pelo fato de a vacina ser um dos meios mais eficazes e econômicos, usados para controlar e prevenir doenças infecciosas, bem como uma das ferramentas de saúde mais globalizadas e bem-sucedidas, especialmente em países em desenvolvimento com saneamento precário e escassez de recursos. (Centros de Controle e Prevenção de Doenças, 1999).

De acordo com Minski, e Longhini (2016), uma das formas de se garantir o respeito aos princípios bioéticos é em vez de realizar a vacinação compulsória, optar pelo caminho da educação em saúde para a toda a população, com o intuito de sensibilizá-la sobre a importância da mesma, além de apresentar os seus benefícios e efeitos adversos, para que o indivíduo possa conceder seu consentimento ou optar pela recusa, respeitando assim o princípio bioético da autonomia.

A Teoria Principlológica da bioética, abrange a maior parte das discussões relacionadas à redução de conflitos éticos na política de vacinação. No entanto, os princípios têm sido desafiados há algum tempo pela bioética de países com alto grau de exclusão social, como o Brasil e outros na América Latina, que buscam formas de desenvolver a bioética no contexto dos países em desenvolvimento para abordar de forma eficaz e justa seus problemas morais persistentes e emergentes, que não são poucos (Schramm, 2018).

Nesse sentido, a política de vacinação brasileira, para ser moralmente justa e eficaz, deve ser estudada com enfoque social e político, o que não aborda a bioética principalista. Desta forma, reconhece-se a importância dessa nova visão de bioética apresentada pelos países latino-americanos, que eles chamam de nova análise ampla e crítica sobre os fenômenos éticos e morais, afim de garantir os direitos dos cidadãos (Garrafa, 2012).

Deste ponto de vista, chama-se especial atenção às pessoas vulneráveis que carecem de meios para atingir o máximo potencial de saúde, uma vez que no campo da saúde, são implementadas políticas públicas baseadas na aplicação e adaptação de ferramentas do conhecimento bioético aos conflitos e dilemas morais que surgem na saúde pública, observando os limites da bioética tradicional (Schramm FR, 2018).

Um dos princípios bioéticos, chamado de beneficência estabelece que deve-se fazer o bem ao outro, independentemente de desejá-lo ou não, dando espaço para ele possa tomar suas próprias decisões, no entanto, dessa relação podem surgir dilemas bioéticos, como o conflito entre respeitar a liberdade dos indivíduos (autonomia) e fazer o que é melhor para eles (beneficência). O equilíbrio nesta relação seria a chave para elucidar o processo de tomada de decisão. No entanto, as decisões dos pacientes e o desejo de participar ou não do tratamento também são variáveis influenciadas pelo meio cultural, social e familiar no qual se encontram inseridos, pela relação paciente-profissional (Medeiros et al., 2020).

Dessa forma, a bioética da proteção torna-se um meio de manter o reconhecimento de cada indivíduo, principalmente os mais vulneráveis, defendendo a ideia de que o Estado é responsável por proteger as populações carentes e por consequência, o respeito às garantias e direitos fundamentais inerentes à condição humana para todas as pessoas, tendo como um dos principais fundamentos da declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH) (Kottow, 2005; Garrafa, 2012).

Reconhece-se que as políticas de vacinação contribuíram significativamente para o sucesso das vacinas, ocasionando aumento das vacinações e, conseqüentemente, melhoria da saúde. Por outro lado, deve-se considerar que as vacinas são

consideradas um dos meios mais polêmicos e controversos de atenção à saúde, levando em consideração que questões éticas estão presentes em todas as etapas do ciclo de vida do produto, desde os estágios iniciais da pesquisa, até o desenvolvimento e implementação de programas de vacinação. Por isto, se faz necessário uma avaliação criteriosa do risco/benefício, afim de garantir o respeito aos princípios da bioética (Caplan, 2018; Orenstein, 2018, Skete, 2020).

Sendo assim, uma visão ampliada da bioética sobre a vacinação, proporcionará uma melhor compreensão desse tema complexo, considerando o senso de responsabilidade compartilhada dos membros da sociedade, o que permite ao Estado, repensar a política de indenização às vítimas dos efeitos colaterais pós-vacinais, que cumpriram as obrigações do governo em promover a saúde de todos. (Coleman, 2019).

Esses fatos demonstram a exigência de um padrão de segurança maior para as vacinas, uma vez que, diferentemente da maioria dos produtos farmacêuticos, são administrados em pessoas saudáveis. Assim, a incerteza científica que ainda existe sobre os mecanismos de ação das vacinas e seus efeitos no organismo exige que seu uso também leve em consideração fatores sociais e de custo-benefício, correndo o risco de não observar o princípio de beneficência e não maleficência, que é o de não causar nenhum dano ao paciente, caso essa eficácia não seja devidamente comprovada (Fisher, 2017).

Sendo assim, o princípio bioético da beneficência exige que os benefícios potenciais para os indivíduos e para a sociedade sejam maximizados e, que os danos potenciais sejam minimizados, envolvendo tanto a proteção do bem-estar individual quanto a promoção do bem-estar comum. Sob outra perspectiva, o princípio da não maleficência exige que os atos danosos sejam evitados, juntamente com as regras básicas contempladas na moralidade comum, reconhecendo que causar dano intencional ou negligentemente é um erro moral fundamental, e que devem ser levados em conta, mediante a oferta da vacinação para a população (Beauchamp & Childress, 2019).

Mediante a isso, na garantia de que a vacina é eficaz e não causará nenhum dano ao indivíduo, é que surgem as questões éticas mais interessantes em torno das políticas e dos comportamentos de busca pelos serviços de saúde e a adesão as medidas preventivas (Giubilini, 2021).

Destarte, a garantia da escolha ou não pela vacinação, em uma sociedade democrática, esse direito deve ser garantido, onde as pessoas devem ser livres para realizar suas escolhas, embasados na correlação entre os seus direitos e deveres, respeitando assim o princípio bioético da autonomia (Nunes, 2017). Sob outro ponto de vista, os programas de imunização compulsória tendem a ser moralmente justificáveis, pois a oferta da vacina a toda a população, pode ser considerada com uma das políticas de saúde pública mais efetiva e de menor custo-benefício utilizada no controle e prevenção de doenças infectocontagiosas (Hsu & Chang, 2018).

#### **4. Conclusão**

Os resultados apontam que a vacinação compulsória pode comprometer a observância dos princípios bioéticos, uma vez que o bem comum, que é o fato da oferta de vacinação para todos, pode ser entendido como respeito ao princípio da justiça, mais que pode comprometer o direito de escolha do paciente, deixando assim de observar o princípio da autonomia.

Ao invés de realizar a vacinação compulsória, uma das maneiras possíveis de garantir o respeito aos princípios bioéticos frente a vacinação, é optar pelo caminho da educação em saúde da população, conscientizando sobre a importância da imunização, assim como, respeitando o princípio bioético da autonomia, na decisão individual pela vacina.

Mediante a isso, os autores sugerem a realização de novos estudos que abranjam o tema em questão, para uma maior abrangência de resultados, bem como estudos com outras abordagens para melhor difusão da temática principalmente entre os profissionais de saúde.

## Referências

- Baena, A. V. (2020). Bioética de vacinas e saúde pública. *Vacunas* (Edição Inglesa), 21 (1), 57-63.
- Beauchamp, T., & Childress, J. (2019). Principles of biomedical ethics: marking its fortieth anniversary. *The American Journal of Bioethics*, 19(11), 9-12.
- Caplan, A. L., & Schwartz, J. L. (2018). Ethics. In: Plotkin, S. A., Orestein, W. A., & Offit, P. A. (orgs.). *Vaccines*, 5,1677-83
- Centers for Disease Control and Prevention (CDC). (1999). Impact of vaccines universally recommended for children--United States, 1990-1998. *MMWR. Morbidity and mortality weekly report*, 48(12), 243-248.
- Cohen, D., & Carter, P. (2010). WHO and the pandemic flu "conspiracies". *Bmj*, 340.
- Coleman E. (2019). Ethylmercury in Vaccines. *Pediatrics*, 111, 922-923.
- Dos Santos, C. R., dos Anjos Mendonça, A. R., von Atzingen, D. A. N. C., & Moura, E. C. (2020). Vacinação no Brasil: reflexão bioética sobre acessibilidade. *Revista Bioética*, 28(4), 752-759.
- Ercole, F. F., Melo, L. S. D., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 9-12.
- Fisher, M. A. (2007). Medicine and industry: a necessary but conflicted relationship. *Perspectives in biology and medicine*, 50(1), 1-6.
- Garrafa V. (2012). O novo conceito de bioética. In: Garrafa V, Kottow M, Saada A, organizadores. Bases conceituais da bioética: enfoque latino-americano. São Paulo: *Gaia*, 1-23.
- Giubilini, A. (2021). Vaccination ethics. *British Medical Bulletin*, 137(1), 4-12.
- Goldim, J. R. (2006). Bioética: origens e complexidade. *Clinical & Biomedical Research*, 26(2).
- Hsu, H. Y., & Chang, M. H. (2019). Hepatitis B virus infection and the progress toward its elimination. *The Journal of Pediatrics*, 205, 12-20.
- Lessa, S. D. C., & Schramm, F. R. (2015). Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 115-124.
- Medeiros, M. O. S. F. D., Meira, M. D. V., Fraga, F. M. R., Nascimento Sobrinho, C. L., Rosa, D. D. O. S., & Silva, R. S. D. (2020). Conflictos bioéticos en los cuidados al final de la vida. *Revista Bioética*, 28, 128-134.
- Minski, B. M., & Longhini, G. (2016). Vacinação: autonomia do paciente à não vacinação. *Anais de Medicina* 10-26.
- Nunes, C. R. R., & Nunes, A. P. (2004). Bioética. *Revista brasileira de Enfermagem*, 57, 615-616.
- Nunes, R. (2017). *Ensaio em bioética*. Conselho Federal de Medicina, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 200-200.
- Oliveira, T. P., & Oliveira, L. S. M. (2020). La inmunización de niños en Brasil: panorama jurídico y reflexión bioética. *Revista de Bioética y Derecho*, (48), 227-243.
- Orenstein, W. A., Paulson, J. A., Brady, M. T., Cooper, L. Z., & Seib, K. (2013). Global vaccination recommendations and thimerosal. *Pediatrics*, 131(1), 149-151.
- Pereira, E. L., Brito, R. C., & Carvalho, M. T. M. (2018). A visão bioética a respeito da vacinação. *Anais de Medicina*, 15-16.
- Schramm, F. R. (2006). A saúde é um direito ou um dever? Autocrítica da saúde pública. *Revista Brasileira de Bioética*, 2(2), 187-200.
- Shete, P. B., & Daum, R. S. (2002). Real versus theoretical: assessing the risks and benefits of postponing the hepatitis B vaccine birth dose. *Pediatrics*, 109(4), 701-703.
- Souza, F. D. O., Freitas, P. D. S. P., Araújo, T. M. D., & Gomes, M. R. (2015). Vacinação contra hepatite B e Anti-HBS entre trabalhadores da saúde. *Cadernos Saúde Coletiva*, 23, 172-179
- Souza de Jesus, A., Rodrigues de Jesus, L., Vieira, V. D. O., da Silva Sena, E. L., Silva de Oliveira Boery, R. N., & Yarid, S. D. (2016). Aspectos bioéticos de la vacunación en masa en Brasil. *Acta bioethica*, 22(2), 263-268.
- Taschner N. (2015). *O mundo antes das vacinas*. [Online]. <http://www.café-na-bancada.com.br/index.php/o-mundo-antesdas-vacinas/>.